



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

### ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 150 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 21 de outubro de 2016.

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

##### PORTARIA Nº 811/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e considerando o teor do requerimento protocolizado sob o nº 07010142683201677;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça CYNTHIA ASSIS DE PAULA para atuar nos Inquéritos Cíveis Públicos no 06/2009, 45/2009, 46/2009 e 68/2009 que tramitam na 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína - TO, acompanhando os feitos até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 812/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e considerando as anuências dos Promotores de Justiça de Araguaína, firmadas no Ofício nº 203/2016, de 11 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação provisória à servidora GABRIELA SANCHES RIBEIRO, Analista Ministerial – Especialidade Ciências Jurídicas, matrícula nº 110211, na 7ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, no período de 17 a 28/10/2016.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 793/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 813/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e Art.127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância do “Projeto Nacional das Audiências de Custódia”, que incorpora à legislação a obrigatoriedade de apresentação da pessoa presa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, consubstanciado na realização de audiência logo após a prisão;

CONSIDERANDO que o “Projeto Nacional das Audiências de Custódia” também busca a concretização de um mecanismo de controle da legalidade e necessidade da prisão em flagrante,

permitindo aferir eventual afronta aos direitos da pessoa presa, inclusive prevenção e combate à tortura;

CONSIDERANDO à realidade das mais diversas Promotorias de Justiça, e com o propósito de assegurar tratamento uniforme e isonômico aos presos de todas as unidades judiciárias;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS para atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas – TO, no dia 19 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 814/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, do contrato a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número	Objeto do Contrato
Leandro Ferreira da Silva Mat. nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Mat. nº 106210	100/2016	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Promotoria de Justiça de Araguaína, conforme discriminação prevista no item 02 da Ata de Registro de Preços nº 025/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 008/2016, Processo administrativo nº 2015.0701.00381, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

##### PORTARIA Nº 815/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça JUAN RODRIGO CARNEIRO AGUIRRE para atuar no Mutirão de audiências da 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas - TO, no dia 19 de outubro 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 816/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e Art.127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância do “Projeto Nacional das Audiências de Custódia”, que incorpora à legislação a obrigatoriedade de apresentação da pessoa presa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, consubstanciado na realização de audiência logo após a prisão;

CONSIDERANDO que o “Projeto Nacional das Audiências de Custódia” também busca a concretização de um mecanismo de controle da legalidade e necessidade da prisão em flagrante, permitindo aferir eventual afronta aos direitos da pessoa presa, inclusive prevenção e combate à tortura;

CONSIDERANDO à realidade das mais diversas Promotorias de Justiça, e com o propósito de assegurar tratamento uniforme e isonômico aos presos de todas as unidades judiciárias;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça ZENAIDE APARECIDA DA SILVA para atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas – TO, no dia 21 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 817/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e Art.127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância do “Projeto Nacional das Audiências de Custódia”, que incorpora à legislação a obrigatoriedade de apresentação da pessoa presa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, consubstanciado na realização de audiência logo após a prisão;

CONSIDERANDO que o “Projeto Nacional das Audiências de Custódia” também busca a concretização de um mecanismo de controle da legalidade e necessidade da prisão em flagrante, permitindo aferir eventual afronta aos direitos da pessoa presa, inclusive prevenção e combate à tortura;

CONSIDERANDO à realidade das mais diversas Promotorias de Justiça, e com o propósito de assegurar tratamento uniforme e isonômico aos presos de todas as unidades judiciárias;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça FÁBIO VASCONCELLOS LANG para atuar nas audiências de custódia da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Comarca de Palmas – TO, no dia 20 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça**PORTARIA Nº 818/2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, do contrato a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Objeto do Contrato
Jadson Martins Bispo Mat. 102710	Danilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	096/2016	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FILTROS/REFIS PARA PURIFICADORES DE ÁGUA, conforme descrito no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial Nº 035/2015, Processo administrativo Nº 2015/0701/00337, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de JustiçaASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: CYNTHIA ASSIS DE PAULA

**DESPACHO Nº 469/2016** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pela Promotora de Justiça CYNTHIA ASSIS DE PAULA, para alterar para época oportuna a data de folga prevista para usufruto nos dias 31/10 e 01/11/2016, em parte concedida nos termos do Despacho nº 440/2016, em compensação aos dias 01 e 02/11/2015; 23, 24/03/2016, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de JustiçaAUTOS CSMP Nº: 002/2016  
ASSUNTO: Afastamento para cursar o Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.  
INTERESSADO: Rodrigo Alves Barcellos.**DESPACHO Nº 470/2016** – Consoante deliberação

unânime do Conselho Superior do Ministério Público, em sua 172ª Sessão Ordinária, em 11/10/2016, e nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, e art. 155, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, DEFIRO o afastamento solicitado pelo Promotor de Justiça RODRIGO ALVES BARCELLOS, sem prejuízo de suas atribuições, vencimentos e demais vantagens do cargo, retroagindo seus efeitos a fevereiro de 2016, para frequentar as aulas do curso de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins, em convênio com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT, programado para ser ministrado nos 1º e 2º semestres de 2016 e 3º e 4º semestres de 2017, conforme calendário de atividades apresentado pelo solicitante.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de JustiçaASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: WÂNIA DE LIMA E SILVA

**DESPACHO Nº 471/2016** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014 e 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça WÂNIA DE LIMA E SILVA, para conceder-lhe 01 (um) dia de folga, a ser usufruído no dia 24/10/2016, em compensação aos dias 18 e 19/10/2014, os quais permaneceu de plantão nos termos dos Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de JustiçaASSUNTO: Recesso natalino  
INTERESSADO: José Demóstenes de Abreu

**DESPACHO Nº 472/2016** - À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, o pedido formulado pelo Procurador de Justiça JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU para conceder-lhe 06 (seis) dias restantes de folga, a serem usufruídos no período de 18 a 23 de outubro de 2016, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2003/2004.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de JustiçaASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: REINALDO KOCH FILHO

**DESPACHO Nº 474/2016** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça REINALDO KOCH FILHO, para alterar para época oportuna a data de folga prevista para usufruto nos dias 31/10 e 01/11/2016, concedida nos termos do Despacho nº 408/2016, em compensação aos dias 30 e 31/07/2016 e 13 e 14/08/2016, os quais permaneceu de plantão nos

termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00279

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 475/2016** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ no 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 173/2016, às fls. 555/557, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 096/2016, às fls. 558/561, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e do CESA, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 035/2016, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: FAZAN & CIA LTDA – itens 19 e 41; GRÁFICA E EDITORA ALIANÇA LTDA – itens 03, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 28 e 36; GRÁFICA E EDITORA CAPITAL LTDA – itens 25, 29, 45 e 46; GRÁFICA E EDITORA SANTO EXPEDITO LTDA – itens 01, 06, 21, 22, 39 e 40; PRIME SOLUTION SOLUÇÕES EM IMPRESSÕES EIRELI – itens 04, 07, 18, 20, 23, 24, 26, 27, 30, 33 e 47 e R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA – itens 02, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 43 e 44, em conformidade com a Ata de Abertura da Sessão Pública, acostada às fls. 434/441, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Propostas de Preços acostadas às fls. 256/257 e 539/553. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

**TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 021/2008 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O SR. CARLOS JOSÉ DA SILVA.**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, resolve APOSTILAR o Contrato nº 021/2008, compulsando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, fica reajustado o pacto, firmado em 18 de setembro de 2008.

Processo nº 2008/0701/000689

CONTRATADO: CARLOS JOSÉ DA SILVA.

OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Colmeia-TO

Embasamento legal: Cláusula segunda Contrato nº 021/2008 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

Parecer jurídico nº 138/2016

<b>VALOR DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
-------------------------	---------------------

<b>ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IPCA/IBGE)</b>	<b>8,47%</b>
---	--------------

<b>VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 84,70</b>
------------------------------------	------------------

<b>VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 01.10.2016</b>	<b>R\$ 1.084,70</b>
--	---------------------

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

**TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 033/2009 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A SRA. LUZILENE ARAÚJO DE ANDRADE OLIVEIRA.**

O Subprocurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, resolve APOSTILAR o Contrato nº 033/2009, compulsando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, fica reajustado o pacto, firmado em 01 de setembro de 2009.

Processo nº 2009/0701/000412

CONTRATADA: LUZILENE ARAÚJO DE ANDRADE OLIVEIRA.

OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Itaguatins-TO

Embasamento legal : Cláusula segunda Contrato nº 033/2009 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

Parecer jurídico: nº 106/2016

<b>VALOR DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.322,48</b>
-------------------------	---------------------

<b>ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IPCA-IBGE)</b>	<b>8,97%</b>
---	--------------

<b>VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 118,63</b>
------------------------------------	-------------------

<b>VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 01.09.2016</b>	<b>R\$ 1.441,11</b>
---	---------------------

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

**TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 044/2015 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A SRA. JANE STUART NASCIMENTO LEAL.**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, resolve APOSTILAR o Contrato nº 044/2015, compulsando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, fica reajustado o pacto, firmado em 28 de agosto de 2015.

PROCESSO Nº 2015/0701/000260

CONTRATADO: JANE STUART NASCIMENTO LEAL.

OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Goiatins-TO

Embasamento legal : Cláusula segunda Contrato nº 044/2015 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

Parecer jurídico nº 105/2016

<b>VALOR DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
-------------------------	---------------------

<b>ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M/FGV)</b>	<b>11,50%</b>
---	---------------

<b>VALOR REAJUSTADO DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 115,00</b>
------------------------------------	-------------------

<b>VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 28.08.2016</b>	<b>R\$ 1.115,00</b>
--	---------------------

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

TOCANTINS, em Palmas, 19 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 069/2016  
Processo nº.: 2016/0701/00271  
CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins.  
CONTRATADO: Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.  
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviço de processamento de dados, consubstanciado na consulta on-line às bases de dados dos Sistemas Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, de acordo com Convênio celebrado entre a CONTRATANTE e a Receita Federal do Brasil – RFB, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 22/11/2002 e em atendimento a demanda COTEC 418/2008.  
VALOR TOTAL: O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor mensal de R\$ 618,22 (seiscentos e dezoito Reais vinte e dois centavos) por uma franquia de até dez usuários, sendo que, a cada usuário que exceder à franquia será cobrado o valor de R\$ 18,15 (dezoito Reais e quinze centavos).  
VIGÊNCIA: O presente Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme prevê o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação com fulcro no Art. 24, inciso XVI da Lei nº 8.666/93.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39  
ASSINATURA: 15/09/2016  
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratada: Jacimar Gomes Ferreira.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### COMISSÃO ELEITORAL

#### EDITAL Nº 002/2016-CE

A Comissão Eleitoral designada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins em sua 206ª Sessão Extraordinária, realizada em 30/08/2016, para realizar o processo eleitoral de elaboração de lista tríplice destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça (Biênio 2017/2017), em cumprimento às normas regulamentadoras estabelecidas na Resolução nº 005/2016 – CSMP.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou que dele conhecimento tiverem que os requerimentos de inscrição protocolados e recebidos na forma do art. 10, § 1º da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (LC nº 51 de 2 de janeiro de 2008), que assim dispõe: “Art. 10. O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, dentre os indicados em lista tríplice elaborada na forma desta Lei Complementar, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento. § 1º Os integrantes da lista tríplice serão os Procuradores de Justiça, em exercício, mais votados, em eleição realizada para essa finalidade, mediante voto secreto e plurinominal dos membros do Ministério Público do quadro ativo da carreira”, bem como as condições de elegibilidade do Edital nº 001/2016-CE, foram na seguinte ordem: Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira e Dr. José Demóstenes de Abreu.

O presente edital foi expedido para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, sendo

o mesmo publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público Estadual, bem como no sítio do Ministério Público do Tocantins, para eventuais impugnações ao(s) nome(s) inscritos que devem ser protocoladas no período de 21 (vinte e um) a 24 (vinte e quatro) de outubro de 2016, via E-DOC, destinatário SCS – Secretaria do Conselho Superior, sendo que no último dia poderão ser enviadas até às 18 horas, nos termos dos artigos 3º e 4º da Resolução CSMP 005/2016, que normatizou a eleição, e dos itens 2.3 e 2.4, do Edital Nº 001/2016-CE, que a regulamentou. Palmas, 20 de outubro de 2016.

Marcos Luciano Bignotti- Presidente

Beatriz Regina Lima de Mello

Gilson Arrais de Miranda

#### EDITAL Nº 003/2016-CE

A Comissão Eleitoral designada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, em sua 206ª Sessão Extraordinária, realizada em 20/08/2016, para realizar o processo eleitoral de elaboração de lista tríplice destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça (Biênio 2017/2018), em cumprimento às normas regulamentadoras estabelecidas na Resolução CSMP nº 005/2016.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou que dele conhecimento tiverem que a relação dos eleitores (Membros ativos), inclusive, aqueles licenciados e afastados, fornecida pela Procuradoria Geral de Justiça) é a que segue em anexo.

O presente edital foi expedido para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, sendo o mesmo publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público estadual, bem como no sítio do Ministério Público do Tocantins, para eventuais impugnações, por qualquer dos candidatos inscritos para a formação de lista para a escolha do Procurador Geral de Justiça, que deverão ser protocoladas, via E-DOC, destinatário SCS – Secretaria do Conselho Superior, no período de 21 (vinte e um) a 24 (vinte e quatro) de outubro de 2016, de acordo com os artigos 6º e 7º da Resolução CSMP 005/2016, que normatizou a eleição e itens 3.1 e 3.2 do Edital Nº 001/2016-CE, que a regulamentou. Palmas/TO, 20 de outubro de 2016.

Marcos Luciano Bignotti- Presidente

Beatriz Regina Lima de Mello - Membro

Gilson Arrais de Miranda - Membro

#### ANEXO ÚNICO – EDITAL Nº 003/2016-CE

RELAÇÃO DE MEMBROS ATIVOS, LICENCIADOS E AFASTADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS		
Ord.	MEMBRO	SITUAÇÃO
1	Abel Andrade Leal Júnior	ATIVO (Licença saúde – 10 a 19/10/2016)
2	Adailton Saraiva Silva	ATIVO
3	Adriano César Pereira das Neves	ATIVO
4	Adriano Zizza Romero	ATIVO
5	Airton Amílcar Machado Momo	ATIVO
6	Alcir Raineri Filho	ATIVO
7	Alzemirol Wilson Peres Freitas	ATIVO
8	Ana Lúcia Gomes Vanderley Bernardes	ATIVO (Férias – 17/10 a 15/11/2016)
9	Ana Paula Reigota Ferreira Catini	ATIVO
10	André Ramos Varanda	ATIVO
11	André Ricardo Fonseca de Carvalho	ATIVO
12	Araína Cesarea Ferreira dos Santos D'alessandro	ATIVO (Férias – 10 a 24/10/2016)
13	Argemiro Ferreira dos Santos Neto	ATIVO
14	Bartira Silva Quinteiro	ATIVO
15	Beatriz Regina Lima de Mello	ATIVO
16	Benedicto de Oliveira Guedes Neto	ATIVO
17	Breno de Oliveira Simonassi	ATIVO
18	Cantionilton Pereira da Silva	ATIVO
19	Caleb de Melo Filho	ATIVO
20	Carlos Gagossian Júnior	ATIVO
21	Ceres Gonzaga de Rezende Caminha	ATIVO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

22	Celsimar Custódio Silva	ATIVO
23	Célio Sousa Rocha	ATIVO
24	Clenan Renault de Melo Pereira	ATIVO
25	Clenda Lúcia Fernandes Siqueira	ATIVO (Licença Saúde – 02/10 a 31/12/2016)
26	Cristian Monteiro de Melo	ATIVO (Férias – 13 a 27/10/2016)
27	Cristina Seuser	ATIVO
28	Cynthia Assis de Paula	ATIVO (Férias – 13 a 27/10/2016)
29	Daniel José de Oliveira Almeida	ATIVO
30	Décio Gueirado Júnior	ATIVO
31	Delveaux Vieira P. Júnior	ATIVO
32	Diego Nardo	ATIVO
33	Edson Azambuja	ATIVO
34	Elaine Marciano Pires	ATIVO
35	Eliana Curado Barbosa	ATIVO
36	Elizon de Sousa Medrado	ATIVO
37	Eurico Greco Puppio	ATIVO
38	Fábio da Fonseca Lopes	ATIVO (Licença Saúde – 23/09/2016 a 17/09/2016)
39	Fábio Vasconcellos Lang	ATIVO (Férias – 17 a 31/10/2016)
40	Felício de Lima Soares	ATIVO
41	Fernando Antônio Sena Soares	ATIVO
42	Flávia Souza Rodrigues	ATIVO
43	Francisco Jose Pinheiro Brandes Junior	ATIVO
44	Francisco Rodrigues de Souza Filho	ATIVO
45	Gilson Arraias de Miranda	ATIVO
46	Guilherme Cintra Deleuse	ATIVO
47	Guilherme Goseling Araújo	ATIVO
48	Gustavo Schult Junior	ATIVO
49	Isabelle Rocha Valença Figueiredo	ATIVO (Licença Saúde/Trânsito – 10 a 23/09/2016)
50	Jacqueline Borges Silva Tomaz	ATIVO
51	Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira	ATIVO (Férias – 13 a 27/10/2016)
52	João Edson de Souza	ATIVO
53	João Neumann Marinho da Nóbrega	ATIVO
54	João Rodrigues Filho	ATIVO
55	José Demóstenes de Abreu	ATIVO
56	José Eduardo Sampaio	ATIVO
57	José Maria da Silva Júnior	ATIVO
58	José Omar de Almeida Júnior	ATIVO
59	Juan Rodrigo Carneiro Aguirre	ATIVO
60	Juliana da Hora Almeida	ATIVO
61	Jussara Barreira Silva	ATIVO (Férias – 01 a 30/10/2016)
62	Kátia Chaves Gallieta	ATIVO
63	Konrad Cesar Resende Wimmer	ATIVO
64	Leila da Costa Vilela Magalhães	ATIVO
65	Leonardo Gouveia Olhe Blanck	ATIVO
66	Leonardo Valerio Pulis Ateniense	ATIVO
67	Lissandro Aniello Alves Pedro	ATIVO (Férias – 13/10 a 11/11/2016)
68	Luciano Cesar Casaroti	ATIVO (Afastado – Mandato classista)
69	Lucídio Bandeira Dourado	ATIVO
70	Luiz Antônio Francisco Pinto	ATIVO
71	Luiz Francisco de Oliveira	ATIVO
72	Luma Gomides de Souza	ATIVO
73	Marcelo Lima Nunes	ATIVO (Férias – 17 a 31/10/2016)
74	Marcelo Ulisses Sampaio	ATIVO
75	Márcia Mirele Stefanello Valente	ATIVO
76	Marco Antônio Alves Bezerra	ATIVO
77	Marcos Luciano Bignotti	ATIVO
78	Maria Cotinha Bezerra Pereira	ATIVO
79	Maria Cristina da Costa Vilela Bucar	ATIVO
80	Maria Juliana Naves Dias do Carmo	ATIVO
81	Maria Natal de Carvalho Wanderley	ATIVO
82	Maria Roseli de Almeida Pery	ATIVO
83	Mateus Ribeiro dos Reis	ATIVO (Férias – 19/10 a 17/11/2016)
84	Miguel Batista de Siqueira Filho	ATIVO
85	Milton Quintana	ATIVO
86	Moacir Camargo de Oliveira	ATIVO
87	Munique Teixeira Vaz	ATIVO (Licença maternidade – 19/06 a 15/12/2016)
88	Nilomar dos Santos Farias	ATIVO
89	Octahydes Ballan Júnior	ATIVO
90	Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira	ATIVO
91	Paulo Sérgio Ferreira de Almeida	ATIVO
92	Pedro Evandro de Vicente Rufato	ATIVO (Férias – 07 a 21/10/2016)
93	Pedro Geraldo Cunha de Aguiar	ATIVO
94	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	ATIVO
95	Priscilla Karla Stival	ATIVO
96	Rafael Pinto Alamy	ATIVO

97	Reinaldo Koch Filho	ATIVO
98	Renata Castro Rampanelli Cisi	ATIVO
99	Ricardo Alves Peres	ATIVO
100	Ricardo Vicente da Silva	ATIVO
101	Roberto Freitas Garcia	ATIVO
102	Rodrigo Alves Barcellos	ATIVO
103	Rodrigo Barbosa Garcia Vargas	ATIVO (Afastamento preventivo)
104	Rodrigo Grisi Nunes	ATIVO
105	Rogério Rodrigo Ferreira Mota	ATIVO
106	Rui Gomes Pereira da Silva Neto	ATIVO
107	Ruth Araújo Viana	ATIVO
108	Sidney Fiori Júnior	ATIVO
109	Sterlane de Castro Ferreira	ATIVO
110	Tarso Rizo Oliveira Ribeiro	ATIVO (Férias – 06 a 20/10/2016)
111	Thais Cairo Souza Lopes	ATIVO
112	Thais Massilon Bezerra Cisi	ATIVO
113	Thiago Ribeiro Franco Vilela	ATIVO
114	Valéria Buso Rodrigues Borges	ATIVO
115	Vera Nilva Álvares Rocha	ATIVO
116	Vilmar Ferreira de Oliveira	ATIVO
117	Vinicius de Oliveira e Silva	ATIVO
118	Waldelice Sampaio Moreira Guimarães	ATIVO
119	Wânia de Lima e Silva	ATIVO
120	Weruska Rezende Fuso	ATIVO
121	Zenaide Aparecida da Silva	ATIVO

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 132/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airtton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 005/2016.

FATO(S) EM APURAÇÃO: o esgotamento do prazo para a conclusão da Notícia de Fato 005/2016, a qual refere que o Secretário Estadual de Saúde do Tocantins descumpriu ordem judicial proferida nos autos nº 0019141.23.2014.827.2706, em que foi determinada a realização de procedimento cirúrgico ortopédico de joelho em favor de Kátia Regina Pereira de Sousa, conforme decisão de fl. 82/84, dando causa à imposição de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com prejuízo ao erário;

INVESTIGADO(S): Secretário Estadual de Saúde do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 11 de outubro de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 140/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airtton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 32/2016.

FATO(S) EM APURAÇÃO: que no ano de 2008 a então Prefeita Municipal Valdevez Castelo Branco desafetou irregularmente área pública destinada a uma praça na Quadra 12 do Loteamento José Ferreira, em Araguaína, e, em seguida, promoveu a doação dos bens públicos a particulares, com indicativo de lesão aos princípios reitores da Administração e ao patrimônio público;

INVESTIGADO(S): Ex Prefeita Municipal de Araguaína- Valdevez

Castelo Branco

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 13 de outubro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 141/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airton Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça.  
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 30/2016.

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades noticiadas pelo Tribunal de Justiça do Tocantins no pagamento de precatórios no ano de 2015 e 2016 pelo Município de Carmolândia;

INVESTIGADO(S): Município de Carmolândia.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 13 de outubro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 142/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airton Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça.  
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 31/2016.

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades noticiadas pelo Tribunal de Justiça do Tocantins no pagamento de precatórios no ano de 2015 e 2016 pelo Município de Santa Fé;

INVESTIGADO(S): Município de Santa Fé do Araguaia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 13 de outubro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 143/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airton Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça.  
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 20/2016.

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível ato de nepotismo atribuído ao Diretor da Escola Espírita André Luiz, conveniada com o Município de Araguaína, o qual teria contratado irregularmente a esposa para trabalhar na referida escola;

INVESTIGADO(S): Escola Espírita André Luiz, em Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 13 de outubro de 2016.

**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 043/2016**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.: 043/2016/ICP.

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, ambos da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei nº. 7.347/85 e artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

ORIGEM: "De ofício" pela 2ª Promotoria de Justiça de Colinas/TO

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades nas "demissões em massa" de funcionários contratados pela Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO nas eleições municipais do ano de 2016.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 10 de outubro de 2016.

**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARÁÍ****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 02/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Termo de declarações.

FATO(S) EM APURAÇÃO: ausência de transporte público escolar aos alunos da zona rural do Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ Serviços (10028)/ Ensino Fundamental e Médio (10051)/ Transporte (10061).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 20 de outubro de 2016.

**8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 018/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.º 022/16

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, Inciso III, §§ 6º e 7º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 27/2016

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventuais ilegalidades envolvendo a locação e/ou fornecimento de equipamentos referidos no Pregão Presencial nº 056/2016-SRP, visando a promoção do Carnaval 2016, pelo Município de Gurupi.

REPRESENTANTE: Gleydson Nato

REPRESENTADO: Município de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19 de outubro de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/10/2017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil